PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 20/2008

Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro, alterada pelos Decretos-Leis n.os 118/2001, de 17 de Abril, 50/2004, de 10 de Março, e 39/2007, de 20 de Fevereiro, o governador e os demais membros do conselho de administração do Banco de Portugal são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças, de entre pessoas com comprovada idoneidade, capacidade e experiência de gestão, bem como domínio de conhecimento nas áreas bancária e monetária.

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 33.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, o conselho de administração é composto pelo governador, que preside, por um ou dois vice-governadores e por três a cinco administradores.

Pela resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2008 (2.ª série), de 24 de Abril, foi exonerado, a seu pedido, o Prof. Doutor Manuel Ramos de Sousa Sebastião do cargo de administrador do Banco de Portugal, tendo assumido, pela mesma resolução, as funções de presidente do conselho da Autoridade da Concorrência.

Torna-se, assim, necessário proceder à nomeação de um administrador para o conselho de administração do Banco de Portugal

Assim:

Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro, alterada pelos Decretos-Leis n.os 118/2001, de 17 de Abril, 50/2004, de 10 de Março, e 39/2007, de 20 de Fevereiro, e da alínea *g*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta do Ministro de Estado e das Finanças, a licenciada Maria Teodora Osório Pereira Cardoso para o cargo de administradora do Banco de Portugal.

2 — Determinar que a presente resolução produz efeitos desde 11 de Junho de 2008.

29 de Maio de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 17275/2008

O Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, consagra o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e dos programas operacionais (PO), valorizando a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de monitorização, auditoria e controlo, certificação e gestão, aconselhamento estratégico, acompanhamento e avaliação, aliás, nos termos dos regulamentos comunitários relevantes, designadamente o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 19-B/2008, de 11 de Abril, e alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de Abril, o Governo aprovou a configuração definitiva das estruturas de missão dos PO temáticos, criando, por esta via e integrados nas respectivas estruturas, os secretariados técnicos dos programas operacionais que integram o QREN.

Nos termos do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, e do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 3/2008, de 30 de Janeiro, foi celebrado um contrato de delegação de competências do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

Assim e de acordo com os n.os 5, 7 e 8, conjugados com o n.º 21 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, nomeio secretária técnica do Secretariado Técnico para a Igualdade Maria Manuela Leite Lopes Marques Pires Marinho, com comprovada experiência na área da igualdade.

O presente despacho produz efeitos reportados a 15 de Fevereiro de 2008.

20 de Junho de 2008. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa.*

Síntese curricular

Identificação:

Nome — Maria Manuela Leite Lopes Marques Pires Marinho;
Data de nascimento — 10 de Agosto de 1951.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Serviço Social, Instituto Superior de Serviço Social, Lisboa, 1973, 14 valores;
Licenciatura em Filosofia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1977, 14 valores;
Pós-graduação em Psicologia de Educação, ISPA/Universidade de Aix-en-Provence, França, 1987,17 valores;
Doutoranda em Serviço Social e Ética UCP/FCH.

Experiência profissional:

Ingressou na Função Pública em 1973 como técnica superior de 2.ª classe no Ministério das Corporações/Junta de Acção Social, posteriormente Ministério dos Assuntos Sociais/Centro Regional de Segurança Social de Setúbal, desenvolvendo projectos de intervenção na área social em todo o distrito, bem como no Sector de Formação de Pessoal, tendo a seu cargo a elaboração do plano de formação, organização e avaliação das acções e desenvolvimento de parcerias.

Esteve destacada no Ministério da Administração Interna/Gabinete de Apoio às Autarquias Locais, onde exerceu funções na respectiva Direcção de Serviços de Formação.

Transitou para a Direcção-Geral de Emprego e Formação da Administração Pública (DGEFAP), Departamento de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, como técnica superior de 1.ª classe em 1984, tendo exercido actividade na Divisão de Organização da Formação (DOF), onde foi responsável pela organização de várias acções de formação a nível nacional e na Divisão de Investigação (DI), onde participou na elaboração de planos de formação e em trabalhos de investigação, destacando, entre outros, a co-responsabilidade pelo estudo «Desenvolvimento da formação da DGEFAP — 1984-1987».

Em 1987 foi requisitada pelo Governo de Macau para exercer funções como técnica superior assessora no Serviço de Administração e Função Pública (SAFP), integrando a equipa que criou o CFAP (Centro de Formação para o Aperfeiçoamento Profissional), sendo responsável pela implementação da área de formação de formadores, nomeadamente dos protocolos com o governo de Hong-Kong sobre esta matéria.

Em 1992 foi integrada no INA — Departamento de Administração Pública/Divisão de Planeamento e Pedagogia, tendo sido responsável pela concepção de acções formação de formadores e formadora nesta área

Em 1994 foi requisitada pela Secretaria de Estado da Modernização Administrativa (SERA) para integrar a equipa técnica do PROFAP/Programa Integrado de Formação para a Modernização da Administração Pública, com financiamento do FSE, tendo sido responsável pela análise técnico-financeira e acompanhamento de várias candidaturas dos organismos da administração central e local e pelas relações com organismos internacionais (OCDE e outros), no âmbito do referido Programa

Neste contexto, participou na reunião dos Ministros da Administração Pública dos PALOP (1994) e integrou a missão de cooperação e formação com os PALOP, chefiada pela SERA realizada em Cabo Verde (1994).

Fez parte da equipa negociadora do acordo salarial da função pública/mesa 12 — formação profissional, indigitada pelo Secretário de Estado da Administração Pública, trabalho que originou um louvor (1995-1996).

Assessora principal do quadro do INA.

De 1996 a 2000 exerceu funções no Ministério da Saúde/Departamento de Recursos Humanos da Saúde, onde foi nomeada, em comissão de serviço, directora do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional (CFAP), coordenando a respectiva intervenção, nomeadamente de projectos no âmbito do QCAIII/POSAÚDE, do Programa Leonardo da Vinci e da OMS.

Integrou como formadora a missão do Ministério da Saúde/OMS em São Tomé e Príncipe (1999).